

## REGIÃO NORDESTE II

### Grupo 1 – ALICIAMENTO PARA O TRÁFICO DE DROGAS

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
<b>1. Informação e Mobilização</b>	1.1 Desenvolver campanhas Sócio educativas, com o intuito de mobilizar a sociedade civil sobre a importância da temática e do Estatuto da Criança e do Adolescente;	Política de trabalho e emprego; Segurança pública; Saúde; Educação; Assistência Social; Conselhos Tutelares; Conselhos.		
<b>2. Identificação</b>	2.1 Promover ações articuladas de busca ativa entre as equipes de abordagem social e o consultório de rua;  2.2 Capacitar das equipes de busca ativa para otimizar a identificação e o cadastramento de crianças e adolescentes aliciadas para o tráfico;  2.3 Integrar e qualificar as equipes de busca ativa;  2.4 Estabelecer um diálogo entre as políticas a partir de notificações integradas.	Política de trabalho e emprego; Segurança pública; Saúde; Educação; Assistência Social; Conselhos Tutelares; Conselhos.		

<b>3. Proteção</b>	<p>3.1 Realizar reuniões periódicas entre políticas setoriais para o planejamento das ações e encaminhamentos de rede de proteção integral à saúde e ao adolescente.</p> <p>3.2 Acompanhar as famílias de forma integrada, com as políticas de assistência social, saúde e educação;</p> <p>3.3 Promover a articulação entre o Mais Educação e o SCFV para garantir o contraturno;</p> <p>3.4 Fomentar escolas de acesso em tempo integral;</p> <p>3.5 Promover a abordagem do tema do trabalho infantil durante o atendimento social das famílias;</p> <p>3.6 Prover atendimento sócio familiar: qualificado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</p> <p>3.7 Estruturar grupos de trabalho em âmbito Municipal para discutir a intersetorialidade;</p>	<p>Política de trabalho e emprego;  Segurança pública;  Saúde;  Educação;  Assistência Social;  Conselhos Tutelares;  Conselhos.</p>		

	<p>3.8 Integrar ações da Vigilância em Saúde com as demais políticas;</p> <p>3.9 Acionar a Rede de Atenção psicossocial;</p>			
<b>4. Defesa e Responsabilização</b>	<p>4.1 Prover atenção adequada ao tema em delegacias especializadas de atendimento a criança e adolescente;</p> <p>4.2 Realizar a capacitação intersetorial para conselhos tutelares, sistema de justiça, visando à garantia de proteção integral à criança e ao adolescente;</p> <p>4.3 Capacitar os agentes de segurança pública visando uma abordagem qualificada;</p> <p>4.4 Fortalecer a função de controle social exercida pelos conselhos setoriais e da criança e do adolescente.</p>			

### Grupo 2 – EXPLORAÇÃO SEXUAL

<b>Eixos de Atuação</b>	<b>Planejamento das Ações Intersetoriais</b>	<b>Políticas Envolvidas</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Monitoramento</b>
<b>1. Informação e Mobilização</b>	1.1 Realizar campanhas articuladas entre as políticas para a prevenção do turismo sexual;	Assistência Social Saúde	Incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes diminuída;	número de denúncias no disque 100 ou outros órgãos

	<p>1.2 Realizar eventos comunitários e seminários para mobilização;</p> <p>1.3 Articular os meios de comunicação, inclusive através das redes sociais</p> <p>1.4 Garantir a participação de crianças e adolescente na discussão das ações voltadas para o enfrentamento do trabalho infantil.</p>	<p>Educação</p> <p>Esporte e Cultura</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Trabalho e Emprego</p> <p>Turismo</p> <p>Conselho Tutelar, CMDC e FDCA</p> <p>Sociedade civil</p> <p>Sistema de Justiça</p> <p>Lideranças comunitárias</p> <p>Rede Hoteleira</p> <p>Meios de comunicação local,</p> <p>Assessorias de comunicação das secretaria e órgãos públicos</p>	<p>Rede socioassistencial e do Sistema de Garantia de Direitos fortalecida;</p> <p>Vínculos com a escola fortalecidos;</p> <p>Lideranças comunitárias mais envolvidas no enfrentamento do problema;</p> <p>Número de profissionais sensibilizados e mobilizados aumentado.</p>	<p>- nº de atendimentos na rede de proteção (saúde, educação, AS, CTs, dentre outras);</p> <p>- redução da evasão escolar</p> <p>- nº de casos recebidos e encaminhados pelo conselho tutelar</p> <p>- pelo número de lideranças que se somaram para o enfrentamento do problema</p> <p>- quantos profissionais participaram dos seminários e eventos</p> <p>Gestores e conselheiros afastados de suas funções</p>
--	---	---	--	--

<b>2. Identificação</b>	<p>2.1 Realizar diagnóstico e mapeamentos locais qualitativos e quantitativos;</p> <p>2.2 Realizar levantamento da rede de serviços existentes (CRAS, CREAS, CTs, SAÚDE, etc);</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Conselho Tutelar</p>	<p>Dados quantitativos e qualitativos sobre o trabalho infantil;</p> <p>Diagnóstico da rede existente realizado.</p>	
<b>3. Proteção</b>	<p>3.1 Garantir qualificação de profissionais para o atendimento, com realização de concursos públicos;</p> <p>3.2 Promover a formação continuada dos profissionais da rede de serviços;</p>	<p>Trabalho</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Turismo</p> <p>Esporte</p> <p>Cultura</p>	<p>Atendimento provido aprimorado;</p>	
<b>4. Defesa e Responsabilização</b>	<p>4.1 Aplicar punições aos responsáveis (estabelecimentos, agentes aliciadores etc);</p> <p>4.2 Garantir o cumprimento e a execução da legislação existente;</p> <p>4.3 Aplicar punições aos gestores públicos, conselhos de direitos e conselheiros tutelares que não cumprem a legislação e seu papel.</p>	<p>Segurança Pública</p> <p>Sistema de Justiça</p> <p>Ministérios Públicos</p>	<p>Gestores públicos comprometidos.</p>	

Grupo 3 – TRABALHO DOMÉSTICO

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
<b>1. Informação e Mobilização</b>	1.1 Realizar campanha da rede intersectorial, com o apoio da grande mídia e da rádio comunitária;  1.2 Fomentar a formação de Fórum e de comissões intersectoriais;  1.3 Realizar seminários para a mobilização e sensibilização dos profissionais;  1.4 Realizar eventos comunitários  1.5 Fazer cartilhas informativas sobre o Trabalho Infantil Doméstico;	Assistência Social  Saúde  Educação  Trabalho e Emprego  Esporte e Cultura  Associações Comunitárias;  Sindicatos;  Igrejas  Conselhos de Direitos  Conselhos de Classe;  Sistema de Garantia de Direitos	Profissionais mais qualificados	Números de casos denunciados;  Notificação integrada;  Diagnóstico da rede de serviços;  Número de participação intersectorial nos seminários e campanhas;
<b>2. Identificação</b>	2.1 Realizar a Busca ativa através dos CRAS, CREAS e outros Programas, como da Estratégia de Saúde da	Saúde  Educação	Profissionais mais qualificados	Número de denúncias;  Mais os sistemas de

	Família, Vigilância Sanitária e Conselho Tutelar;  2.2 Elaborar plano de ações articuladas;	Assistência Social  Esporte		informação.
<b>3. Proteção</b>	3.1 Realizar reuniões;  3.2 Garantir, qualificar e fortalecer os Programas de aprendizagem;  3.3 Regular programas de aprendizagem no âmbito público;  3.4 Garantir e ampliar a educação em tempo integral;  3.5 Implementar ações de esporte, cultura e lazer;  3.6 Incentivar a inserção de adolescentes no trabalho protegido;	Assistência Social  Saúde  Educação  Cultura, Esporte e Lazer  Segurança pública  Conselho de direito  Trabalho  Sistema S e Empregadores  Entidades não governamentais e Fóruns	Potencializar o papel dos empregadores frente a Responsabilidade social;	SISC SINAN
<b>4. Defesa e Responsabilização</b>	4.1 Identificar fragilidades (o que pode melhorar) e lacunas (o que não é ofertado corretamente) na rede de	Sistema de Justiça;  Assistência Social		

	atendimento;  4.2 Promover a articulação entre Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado, na definição de ações estratégicas;  4.3 Fiscalizar o trabalho protegido;	Conselhos		
--	--	-----------	--	--

#### Grupo 4 – TRABALHO INFORMAL

<b>Eixos de Atuação</b>	<b>Planejamento das Ações Intersetoriais</b>	<b>Políticas Envolvidas</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Monitoramento</b>
<b>1. Informação e Mobilização</b>	1.1 Divulgar o tema nos meios de comunicação, incluindo as rádios comunitárias, universitárias e demais;  1.2 Formar profissionais da assistência na saúde e educação;  1.3 Divulgar e sensibilizar através da rede de proteção e garantia de direitos;  1.4 Promover o trabalho intersetorial de sensibilização através de busca ativa em períodos festivos;  1.5 Apoiar a campanha anual do FNPETI;  1.6 Realizar caminhadas para divulgar o	Assistência Social  Saúde  Educação  Finanças  Esporte e cultura  Ministério Público do Trabalho  Conselho Tutelar.	População sensibilizada sobre o tema;  Profissionais capacitados;  Índice de crianças e adolescentes no trabalho informal nos demais tipos de trabalho reduzido;  Identificação e notificação do trabalho infantil aumentada;  Sociedade mais engajada no combate ao trabalho infantil.	- Nº de notificações; - Quantidade de campanhas realizadas no período; - Incidência da temática nos meios de comunicação (quantidade de matérias sobre o tema); - Nº de capacitações realizadas/profissionais capacitados; - Cruzamento de informações e de dados das ações feitas com os demais órgãos responsáveis pelo



	<p>PETI;</p> <p>1.7 Fomentar a criação de Fóruns municipais ou regionais;</p> <p>1.8 Inserir as ações de combate ao trabalho infantil dentro do plano de trabalho das instituições;</p> <p>1.9 Realizar audiências públicas;</p> <p>1.10 Instituir uma comissão intersetorial de combate ao trabalho infantil;</p> <p>1.11 Utilizar os sistemas de informação existentes em toda a rede.</p>			atendimento à criança e ao adolescente.
<b>2. Identificação</b>	<p>2.1 Articular ações de identificação do trabalho infantil entre as equipes da rede de proteção da criança e do adolescente;</p> <p>2.2 Utilizar os instrumentos de identificação disponíveis na rede;</p> <p>2.3 Capacitar profissionais da rede de proteção para identificação e encaminhamento dos casos encontrados;</p> <p>2.4 Identificar ações equivalentes em</p>	<p>-Assistência social; - Saúde; -Educação; - Finanças; -Esporte e cultura; -Ministério Público do Trabalho; -Conselho tutelar.</p>	<p>Integração das políticas públicas fortalecido;</p> <p>Estratégias de identificação das situações de trabalho infantil ampliadas;</p> <p>Registro nos sistemas de informação aumentados;</p> <p>Oferta de ações e projetos integrados entre os atores ampliada.</p>	<p>-Nº de encaminhamentos entre as políticas intersetoriais; -Registro nos sistemas de informação; -Quantidade de capacitações realizadas/profissionais capacitados; -Mapeamento do perfil produtivo realizado; -Nº de denúncia/notificação</p>

	<p>órgãos distintos;</p> <p>2.5 Correlacionar os casos de adoecimento de crianças e adolescentes com o perfil produtivo do território;</p> <p>2.6 Identificar o trabalho infantil junto com o Programa Saúde na Escola;</p> <p>2.7 Divulgar instrumentos de denúncia (Disque 100);</p>			realizadas.
<b>3. Proteção</b>	<p>3.1 Encaminhar os casos notificados aos órgãos de proteção e defesa da criança e adolescente;</p> <p>3.2 Viabilizar alternativas de geração de renda das famílias através de microcréditos;</p> <p>3.3 Viabilizar a qualificação através do sistema S, SEBRAE, PRONATEC;</p> <p>3.4 Inserir a criança e do adolescente na escola em tempo integral;</p> <p>3.5 Promover a articulação entre SCFV e Mais Educação;</p> <p>3.6 Realizar reuniões periódicas nos espaços de discussão com participação dos atores envolvidos na</p>	<p>Assistência social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Finanças</p> <p>Esporte e cultura</p> <p>Ministério Público do Trabalho</p> <p>Conselho tutelar</p>	<p>F função protetiva das famílias potencializada;</p> <p>Inserção e permanência da criança na rede de proteção e defesa da criança e do adolescente garantida;</p> <p>Famílias qualificadas para entrar no mercado de trabalho;</p> <p>Tema nos espaços de discussão tido ampliado;</p> <p>Serviços de saúde da criança e do adolescente aprimorada;</p> <p>Erradicação do trabalho infantil acelerada.</p>	<p>-Nº de crianças inseridas na rede de proteção;</p> <p>-Quantidade de famílias inseridas e programas de geração de renda;</p> <p>-Quantidade de famílias qualificadas;</p> <p>-Quantidade de crianças inseridas na escola integral em tempo integral;</p> <p>-Quantidade de reuniões realizadas.</p>

	<p>rede de proteção;</p> <p>3.7 Inserir a temática na programação das Equipe Saúde da Família, voltadas para a promoção da saúde da criança e adolescentes do território.</p>			
<b>4. Defesa e Responsabilização</b>	<p>4.1 Realizar capacitações e sensibilização para conselheiros tutelares, de direitos, de políticas públicas e sistemas de justiça;</p> <p>4.2 Fortalecer o controle social exercido pelos conselhos de direito para uma atuação mais efetiva,</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Finanças</p> <p>Ministério Público do Trabalho</p> <p>Conselho Tutelar</p> <p>Defensoria Pública</p> <p>Juizado do Trabalho</p> <p>Conselho de Direito.</p>	<p>Atores sensibilizados e capacitados;</p> <p>Autorizações judiciais para o trabalho infantil encerradas;</p> <p>Órgãos de controle social fortalecidos e atuantes.</p>	<p>-Nº de capacitações realizadas;</p> <p>-Incidência do tema na pauta dos conselhos;</p> <p>-Incidência de ações voltadas para o fortalecimento dos espaços de controle social.</p>

**Grupo 5 – TRABALHO AGRICOLA**

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
<p><b>1. Informação e Mobilização</b></p>	<p>1.1 Realizar reuniões com crianças e adolescentes, suas famílias, a rede socioassistencial pública e privada e com representantes das demais políticas públicas setoriais, conselhos de direito, sindicatos, associações, movimentos sociais, lideranças de comunidades e entidades religiosas e empresariado local para sensibilização/mobilização no tema do trabalho infantil.</p> <p>1.2 Promover ações de sensibilização, com abordagem de questões relativas à tradição e cultura, para a desmistificação do trabalho infantil apresentando alternativas.</p> <p>1.3 Direcionar as políticas nas instâncias municipais, com suporte técnico do</p>	<p>Assistência Social e Educação.</p> <p>Saúde (agente de saúde)</p> <p>Rede socioassistencial pública e privada</p> <p>Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho</p> <p>Sistema de Garantia de Direitos</p> <p>Sociedade Civil</p>		

	<p>nível federal e estadual, e apoio direto das secretarias municipais, respeitando as especificidades dos municípios.</p> <p>1.4 Promover a participação das instâncias intersetoriais, em todas as fases de elaboração das Ações Estratégicas do PETI, com apoio de gestores federais.</p> <p>1.5 Promover ações de mobilização com carros de som, programas de rádio com folders informativos elaborados com articulação da assistência social, trabalho, saúde e educação.</p> <p>1.6 Envolver diretores das escolas e do setor de educação em geral evitando concorrência dos serviços e programas, mas sim o fortalecimento de ambos os setores.</p>			
<p><b>2. Identificação</b></p>	<p>2.1 Mapear focos de trabalho infantil com base nos dados do IBGE (SIDRA), do Conselho tutelar, as informações do MTE e nos índices da evasão escolar, registrados pelo Projeto Presença/CadUnico e do mapeamento socioterritorial dos CRAS, entre outras.</p>	<p>Assistência Social e Educação.</p> <p>Saúde (agente de saúde)</p> <p>Rede socioassistencial</p>		

	<p>2.2 Sensibilizar agentes públicos para uso dos mecanismos de denúncia que identifiquem os casos de trabalho infantil.</p>	<p>pública e privada</p> <p>Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho</p> <p>Sistema de Garantia de Direitos</p> <p>Sociedade Civil</p>		
<p><b>3. Proteção</b></p>	<p>3.1 Ampliar a interação com a Política de Educação, promovendo o diálogo e as parcerias (Mais Educação e SCFV).</p> <p>3.2 Promover o diálogo intersetorial para apresentação de proposta e serviços adequados às necessidades ou ao perfil dos beneficiários, com o encaminhamento dos casos de forma efetiva, levando em consideração o mapeamento socioterritorial.</p> <p>3.3 Envolver empresas e negócios locais, nas atividades de sensibilização e mobilização social, com absorção dos adolescentes como aprendizes, apontando alternativas legais para trabalho e aprendizagem de adolescentes;</p>	<p>Assistência Social e Educação.</p> <p>Saúde (agente de saúde)</p> <p>Rede socioassistencial pública e privada</p> <p>Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho</p> <p>Sistema de Garantia de Direitos</p> <p>Sociedade Civil</p>		

	3.4 Compartilhar estruturas, serviços de transporte e de profissionais para otimização dos Serviços intersetoriais;			
<b>4. Defesa e Responsabilização</b>	4.1 Realizar reuniões prévias com as políticas setoriais e audiências públicas, com todos os atores sociais, inclusive com o envolvimento do Ministério Público Estadual ou do Trabalho para compartilhamento de responsabilidades e compromissos, para garantir a realização das ações estratégicas do PETI.	Assistência Social e Educação. Saúde (agente de saúde) Rede socioassistencial pública e privada Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho Sistema de Garantia de Direitos Sociedade Civil		